

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

JUVENTUDE E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DIREITOS E DESAFIOS.

Nombre: Eliane Ribeiro

Pertenencia Institucional: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio

E-mail: elianeribeirounirio@gmail.com

Resumo em português:

Juventude e Políticas de Educação de Jovens e Adultos: Direitos e Desafios

O artigo propõe um debate sobre as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) – especialmente na articulação com as políticas de escolarização da juventude – a partir das demandas contemporâneas dos jovens, que querem ser entendidos e incluídos como “sujeitos de direitos”. Apresenta dados quantitativos da situação e da condição educacional em que se encontra a juventude brasileira, destacando avanços, obstáculos e desigualdades ainda vivenciadas. O texto é construído com base em um conjunto de informações organizadas pelo “Grupo Juventude: políticas públicas, processos sociais e educação”, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, a partir de estudos quantitativos sobre perfis e opiniões de jovens. Embora as políticas de juventude sejam bastante recentes no Brasil, ocupando um lugar ainda secundário no cenário macro e micropolítico, pode-se afirmar que tais políticas tendem a ser impulsionadas de forma transversal, como, no caso, a articulação das políticas de EJA com o sujeito jovem. Apesar de significativas conquistas educacionais verificadas no país nas últimas décadas, o sistema educativo brasileiro ainda apresenta características estruturais excludentes e desiguais, o que pode ser constatado nas elevadas taxas de retenção e abandono escolar, tendo como consequência um baixo grau educacional da população, inclusive a juventude, ampliando o público jovem da Educação de Jovens e Adultos. De um modo geral, os jovens da EJA vivenciam uma trajetória escolar não linear, com muitas entradas e saídas da escola, tornando o processo educacional bem mais longo e exigindo que o seu exercício seja compartilhado com outras dimensões da vida do jovem.

Resumen en castellano

Juventud y Políticas de Educación de Jóvenes y Adultos: Derechos y Desafíos

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

El documento propone un debate sobre las políticas públicas de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) – especialmente en su relación con las políticas de escolarización de jóvenes – a partir de las demandas contemporáneas de los jóvenes, que quieren ser entendidos e incluidos como "sujetos de derechos". Presenta datos cuantitativos sobre la situación y la condición educacional en la cual se encuentra la juventud brasileña, destacando los avances, obstáculos y las desigualdades que aún la afectan. El texto se construye apoyado en un conjunto de informaciones organizadas por el “Grupo de la Juventud: políticas públicas, procesos sociales y educación”, de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro – Unirio, a partir de estudios cuantitativos sobre perfiles y opiniones de los jóvenes. Aunque las políticas de juventud sean bastante recientes en Brasil, ocupando un lugar secundario en el escenario macro y micro- político, es posible afirmar que tienden a ser conducidas en sentido transversal, como, en el caso, la articulación de las políticas de EJA con el sujeto joven. A pesar de los significativos logros educativos registrados en el país en las últimas décadas, el sistema educativo brasileño también ofrece características estructurales excluyentes y desiguales, que pueden ser observadas en las altas tasas de retención y deserción escolar, lo que resulta en un bajo nivel educativo de la población, incluyendo los jóvenes, ampliando el público joven de Educación de Jóvenes y Adultos. De una manera general, los jóvenes de la EJA viven trayectorias de aprendizaje no lineales, con muchas entradas y salidas de la escuela, lo que hace el proceso educativo mucho más largo y requiere que el ejercicio educativo se comparta con las otras dimensiones de la vida de los jóvenes.

Palabras clave en castellano y português:

Juventude – educação de jovens e adultos – políticas públicas

Juventud – educación de jóvenes y adultos – políticas públicas

Juventude e Políticas de Educação de Jovens e Adultos: Direitos e Desafios

Eliane Ribeiro¹

(...) ampliação e qualificação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, inclusive nas instituições de privação de liberdade, articulando os programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, com metodologias, propostas pedagógicas e materiais didáticos e literários adequados, formação inicial e continuada dos educadores, com foco na juventude direcionada para este fim (...) – Proposta aprovada na 2ª Conferência Nacional de Juventude, , Brasília, dezembro de 2011.

Aproximar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, com as demandas e necessidades socioeducacionais juvenis exige, de imediato, a compreensão de que ser jovem é uma importante etapa no processo de vida, com sentido em si mesma, considerando, sobretudo, que é justamente na juventude que o sujeito experimenta, com maior autonomia e intensidade, possibilidades de inclusão na vida social.

Nesse sentido, o jovem vem demandando ser reconhecido como **sujeito de direitos**, visto de uma forma integral, que necessita de políticas públicas universais e específicas, para contribuir com a ampliação de novas redes de possibilidades. No caso da educação de Jovens e Adultos, em especial no que se refere à escolarização, a opção pelo desenvolvimento de programas que alcancem o recorte no segmento de 18 a 29 anos tem

¹ Professora da Escola de Educação e da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

apostado na articulação de três frentes imprescindíveis para se pensar a condição juvenil, ou seja, a escolarização, o trabalho e a cidadania.

Se na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil a articulação dessas esferas sempre foi um enorme desafio, quando o foco recai no jovem, sem dúvida, o problema se torna ainda mais complexo. Dados do Censo de 2010 nos alertam que a população jovem no Brasil nunca foi tão expressiva, 51,3 milhões de jovens, cerca de 25% da população brasileira., sendo, a grande maioria, demandantes de ações que passam, prioritariamente, pela educação e trabalho.

Nesse sentido, cabe entender como vem sendo pensado, no Brasil, a transformação das questões da juventude de um “estado de coisas” (Rua, 1998) , para a construção de políticas públicas e ações de ampla abrangência e que contemplem uma infinda diversidade, que possam potencializar políticas de equidade e inclusão e garantir maior efetividade aos programas e ações governamentais. Apesar das grandes conquistas educacionais verificadas no país nas últimas décadas, o sistema educativo brasileiro ainda apresenta características estruturais excludentes e desiguais, o que pode ser visto nas elevadas taxas de retenção e abandono escolar, tendo como consequência, um baixo grau educacional da população, inclusive a juventude. De um modo geral, os jovens da EJA vivenciam uma trajetória escolar não linear, com muitas entradas e saídas da escola, tornando o processo educacional bem mais longo e exigindo que o seu exercício seja compartilhado com outras dimensões da vida do jovem, como o trabalho, a criação de filhos, a fruição do lazer etc.

No Brasil, pode-se observar um crescente reconhecimento dos jovens como *sujeitos de direitos*, com claro registro no debate sobre direitos humanos. A incorporação da elocução ao vocabulário que se inscreve no campo da juventude reflete, por um lado, o fortalecimento de uma identidade social – juventude -, até então difusa e pouco estabelecida, e, por outro, convoca, necessariamente, à participação dos Estados Nacionais

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

na construção de políticas públicas para esse conjunto de atores sociais que ganha expressiva visibilidade na esfera pública.

Embora as políticas de juventude sejam bastante recentes no Brasil, ocupando ainda um lugar secundário no cenário macro e micropolítico, revisitando sua recente história, é admissível afirmar que já é possível reunir um conjunto de iniciativas que merecem ser conhecidas, debatidas e avaliadas de forma a romper com a ideia recorrente de que estamos sempre começando do zero. Nesse contexto, reafirma-se o papel indutor do Estado e o tema “políticas públicas de juventude” invade a agenda de organizações não governamentais e organismos governamentais, possibilitando o surgimento de novos atores sociais nas agendas públicas de juventude. No geral, podemos afirmar que as políticas de juventude tendem a ser impulsionadas de forma transversal, como no caso, a articulação das agendas de juventude com a Educação de Jovens e Adultos.

A reflexão aqui apresentada faz parte do estudo que vem analisando uma série de informações quantitativas, oriundas de bancos de dados das seguintes pesquisas: 1) Agenda Juventude Brasil²; Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião de Jovens Brasileiros (2013); 2) Pesquisa sobre o perfil dos Jovens do Projovem Urbano - Programa Nacional de Inclusão de Jovens³; e 3) Dados Síntese de Indicadores Sociais 2010, do IBGE e censos e PNAD/IBGE. Os trabalhos mencionados contaram com a participação do Grupo Juventude:

² De responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, a pesquisa insere-se nas atividades do Participatório – Observatório Participativo da Juventude. Foi desenvolvida por um conjunto de consultores, aplicada entre abril e maio de 2013, pela Gestão Venturi Associados e pela Análise Final Pesquisas, com a coordenação geral de Gustavo Venturi.

³ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens é uma ação de Educação de Jovens e Adultos– de responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude, de 2005 até 2011 e do Ministério de Educação, de 2012 até o momento atual. O Projovem Urbano foi criado pela Sercreataria nacional de Juventude em 2005, tendo como finalidade promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, *buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania*. O ProJovem Urbano, de acordo com o seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), tem como principais características: reconhecer o jovem como sujeito de direitos; levar em conta a singularidade da condição juvenil, suas necessidades, seus desejos frente à sua condição sócio-econômica e cultural; viabilizar sua participação ativa no processo de aprendizagem em que está envolvido. A pesquisa foi desenvolvida pela Unirio e UFRJ.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

políticas públicas, processos sociais e educação, vinculado a Linha de pesquisa de Políticas Públicas em Educação do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio⁴.

Jovens brasileiros: alguns dados para se pensar as políticas de educação

Pensando na importância em construir políticas que procurem atender as necessidades básicas de aprendizagem dessa população, torna-se imperativo iniciar olhando para esses sujeitos, na perspectiva de conhecê-los melhor para melhor poder construir uma ação educativa que “caiba em suas vidas”. Deste modo, de início, cabe perguntar: quem são os jovens que apesar de imensas dificuldades se matriculam e tentam frequentar os programas de EJA e que trajetórias vivenciaram na sua busca pela escolaridade?

Recortando o contingente populacional jovem podemos observar que grupos expressivos vivenciam, hoje, situações diversas de exclusão, sobretudo aquelas de natureza escolar, mesmo que os dados sobre educação no Brasil, nesses últimos 10 anos, venham evidenciando avanços na ampliação das oportunidades escolares. A geração jovem de hoje é inegavelmente mais escolarizada do que as anteriores.

Segundo dados divulgados pela Pesquisa Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião de jovens brasileiros (SNJ, 2013) em cada sete jovens, cerca de seis vivem no meio urbano (85%), um no campo (15%). Seis em cada dez declaram-se de cor parda (45%) ou preta (15%), apenas 1/3 de cor branca (34%). Estudam atualmente 37%. Não passaram do Fundamental 27%, 38% têm o Médio completo (21% incompleto) e só 13% chegaram ao Superior. No recorte 15-24 anos o avanço na última década é visível e comparados à escolaridade dos pais é bastante expressivo. Três em cada quatro estão no mundo do trabalho (74%): 53% trabalhando e 21% procurando trabalho. Estudam e

⁴ A autora do artigo aqui apresentado participou como consultora especial da Pesquisa Agenda Juventude Brasil e coordenou a Pesquisa Perfil dos Jovens do Projovem Urbano, em parceria com a UFRJ (educação/ Professor Márcio Costa).

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

trabalham 14%, só trabalham 40%, só estudam 23% (8% buscando trabalho) e não estudam, nem trabalham outros 23% – 12% buscam trabalho e 11% não. Ou seja, cerca de 5,4 milhões de jovens não estudam, não trabalham e não procuram trabalho. Considerando a renda domiciliar *per capita*, 28% estão nos estratos baixos (até R\$ 290,00/ mês), 50% nos médios e 11% nos estratos altos (acima de R\$ 1.018,00/ mês). Avaliam que ascenderam socialmente em relação ao padrão de vida que tinham quando crianças 36%, avaliam que descenderam 8% e 54% não teriam tido mobilidade.

A juventude brasileira é grande, diversa e ainda muito atravessada por desigualdades. Isso significa que é preciso compreender as diferentes situações que configuram a realidade da condição juvenil no nosso país. Para se ter uma idéia aproximada, estudo recentemente divulgado pelo IBGE, intitulado Síntese de Indicadores Sociais 2010, demonstra que, em 2009, 14,8% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam fora da escola; entre os 20% mais pobres dessa faixa etária, 81% frequentavam a escola, percentual que se eleva para 93,9% quando se trata dos 20% mais ricos. Além disso, 32,8% dos jovens de 18 a 24 anos, ou seja, aproximadamente 1/3 desse contingente populacional, deixaram os estudos sem ao menos concluir a educação básica, situação que se explicita melhor quando se atenta para o fato de a escolaridade média da população brasileira com idade até 25 anos ser de apenas 5,8 anos (Galdo e Batista, 2010).

Dos 14,4 milhões de analfabetos brasileiros, mais de 10 milhões eram pretos e pardos. As taxas de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais de idade foram de 6,5% para brancos e de mais que o dobro, 14%, para pretos e pardos. A taxa de analfabetismo funcional também era muito menor para brancos (16,4%) do que para pretos (27,5%) e pardos (28,6%). A média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade mostrava uma vantagem de dois anos para brancos (8,1 anos de estudos), em relação a pretos e pardos (6,2) (Unesco, 2007). Entre homens e mulheres temos 10,1% de mulheres analfabetas e 9,8% de homens.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

A EJA faz parte de uma dinâmica social e educativa que não pode ser vista, entendida e julgada por ela própria. As pesquisas têm mostrado que medidas isoladas muito pouco têm cooperado para efetivas mudanças. Como exemplo, podemos lembrar que os jovens trazem, da infância, uma significativa defasagem idade-série escolar, representando uma demanda potencial para a EJA, que já chega, hoje, a cerca de 60 milhões de pessoas jovens e adultas. É fácil perceber esse isolamento, quando se foca nos inúmeros modelos de oferta, que pouco dialogam entre si, chegando a se chocar e criando disputas lesivas em inúmeros territórios, contribuindo muito pouco para a permanência e conclusão desses alunos. Pensar políticas para as diversas juventudes, que sejam abrangentes e que dialoguem é, sem dúvida, um dos grandes desafios.

Considerações para o debate

Considerando que as políticas são construídas a partir de um olhar sobre esses atores sociais, condição e situação de vida e, por conseguinte, do conjunto de dificuldades vivenciadas, o deslocamento de um olhar sobre juventude que a qualifica como “problema”, para “visões e lógicas mais compreensivas e precisas do complexo mundo juvenil” (León, 2008, p. 32), como *jovens sujeitos de direitos* parece estar repercutindo positivamente no Brasil.

Embora as políticas de juventude sejam bastante recentes no país, ocupando ainda um lugar secundário no cenário macro e micropolítico, revisitando sua recente história, é admissível afirmar que já é possível reunir um conjunto de iniciativas que merecem ser conhecidas, debatidas e analisadas. Nesse contexto, reafirma-se o papel indutor do Estado e o tema políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos para a juventude invade a agenda de organizações não governamentais e organismos governamentais, possibilitando o surgimento de novos atores sociais nas agendas públicas de juventude. Assim, as deliberações da 2ª Conferência Nacional de Juventude ganham relevância para se pensar o

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDADE Y EDUCACIÓN”

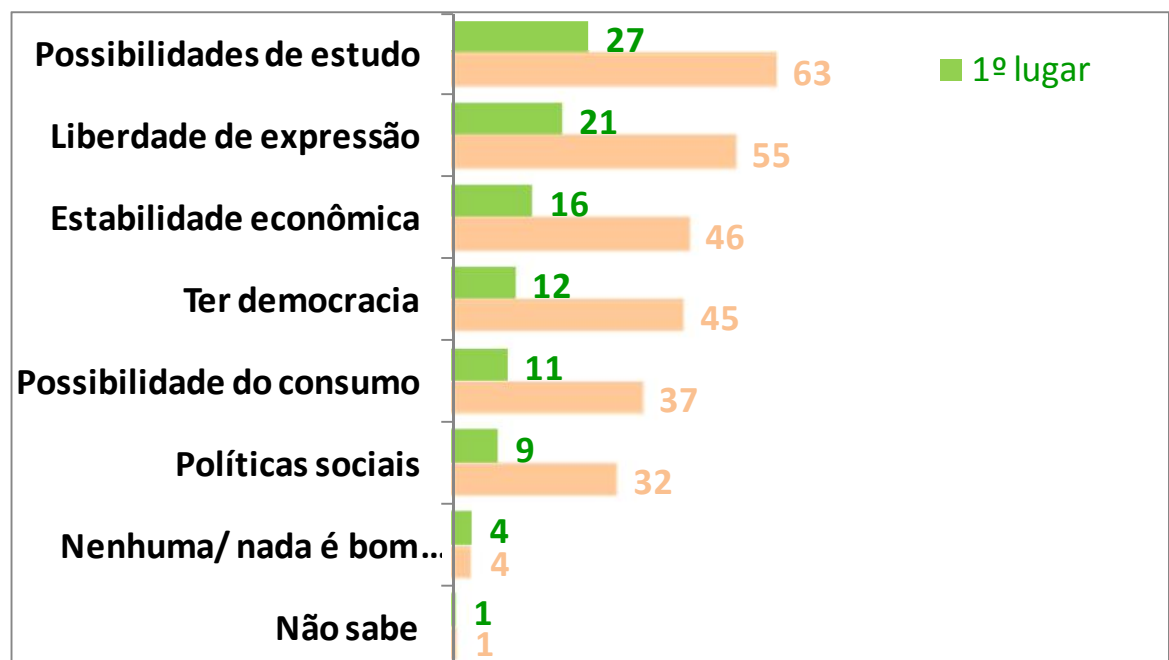
9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

aprimoramento das políticas de EJA para os jovens, acionando novas chaves para se pensar o papel da escolarização para esses setores.

Um aspecto importante é, sem dúvida, conhecer esses sujeitos, considerando as novas formações sócioeconômicas e culturais que tem sido postas para as novas gerações. A pesquisa Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013, aponta um dado bastante significativo, os jovens declaram ser a possibilidade de estudo o que existe de mais positivo no Brasil, como primeira opção escolhida

Gráfico 1. O que existe de mais positivo no Brasil (%)



Fonte: Pesquisa Agenda Juventude Brasil, SNJ, 2013.

O desafio é fazer um exercício de desapego das velhas interpretações sobre os potenciais sujeitos demandantes de EJA. A sociedade mudou profundamente nos últimos anos, precisamos incorporar essas transformações nas nossas análises, que impactam desde estruturas de pensamento, disposições sociais e formas de inserção no mundo. Temos as

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

primeiras gerações de jovens pobres, que passaram pela escola e continuam com baixa escolaridade, mas com amplo acesso as novas tecnologias e, conseqüentemente, a uma infinidade de redes sociais.

Outro dado significativo, diz respeito a mudanças de perfis apontadas em uma série de estudos. Os jovens pobres tem melhorado sua trajetória escolar, acessam a escola ainda na primeira infância e a maioria das mães não são mais analfabetas. De um modo geral, todos apresentam trajetórias de passagem pela escola. Vivemos situações bastante tensas para as novas gerações: nunca se alcançou níveis tão altos de escolaridade e ao mesmo tempo essa escolaridade não tem garantido credenciais que implique em ganhos educacionais semelhantes aos de setores da sociedade mais privilegiados (Jacinto, 2004).

Por fim, uma estratégia com sentido para potencializar esses programas pode ser o fomento de redes de apoio e suporte para os jovens, os aproximando de novas e mais significativas possibilidades. Isso pode ser um bom estimulante de continuidade e de exercícios de trajetórias de emancipação ao longo dessa fase de vida. Criar redes de apoio e suporte, que valorizem a juventude na EJA, pode promover a desconstrução de uma percepção recorrente de que a EJA e, em especial, a EJA dos jovens (Ribeiro, 2008), é uma política marginal, ou de segunda classe. Buscar uma perspectiva de valorização da EJA e seus jovens pode possibilitar a “invenção” (HOBBSAWN, 1984) de uma educação de jovens e adultos que possas ser positivada e estimulada pelas políticas públicas, provocando novos circuitos de possibilidades nos campos dos investimentos científicos, políticos e culturais, como nos lembra Abramo (2008), no que se refere a população jovem, precisamos de uma educação *que caiba na vida dos jovens e não o contrário*.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ABRAMO, H. Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude. In: *Ser joven em Sudamérica> Diálogos para La construcción de La democracia regional*. Ibase, Polis, CIDPA, Valparaíso, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Disponível no site do IBGE:

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/11/16/censo-2010-cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais>, acessado em 23/03/2012.

BRASIL. PNAD-IBGE. Brasil, 2008.

HOBSBAWN, E. (1984). Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.;

LEÓN, O. D. *Institucionalidad y políticas de juventud*. In: Revista Observatorio de Juventud, n. 19. Santiago: Instituto Nacional de la Juventud de Chile, 2008.

JACINTO, C. *¿Educar para que trabajo? Discutiendo rumbos en América Latina* (coord.), redEtis (IPE-IDES)/MTEy SS/MECyT/La Crujía, Buenos Aires, 2004.

RIBEIRO, E.. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In. BARBOSA, I. O. e PAIVA, J. (orgs.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RUA, M. G. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90 In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. ed.Brasília : CNPD - Comissão Nac. de Pop. e Desenv., 1998, p. 731-752.

UNESCO. *Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: lições da prática*. DI PIERRO, M. C. (coordenação); VÓVIO, C. L.; RIBEIRO, E. ,Brasília: Unesco, 2008.

UNESCO. *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos*. Agenda para o Futuro da Educação de Adultos - CONFITEA V (Hamburgo, 1997). Brasília: MEC, 1998.